

Filipa Riacho

De: Liliana Maia [lmaia@apritel.org]
Enviado: terça-feira, 17 de maio de 2016 13:10
Para: Hugo Lourenço; CAAJ - Correio Oficial
Cc: Daniela Antão
Assunto: APRITEL | Reunião CAAJ - Contingentação de processos executivos - Consulta pública
Anexos: 20160517_Doc E_CAAJ.PDF

Exmo. Senhor Dr. Hugo Lourenço,

No seguimento da reunião ocorrida, venho pelo presente enviar o comentário da APRITEL ao projeto de fixação de número máximo para a designação para processos executivos de agentes de execução e sociedades de agentes de execução.

Ficando ao dispor para qualquer esclarecimento adicional necessário, despeço-me,

Com os melhores cumprimentos,

Liliana Maia



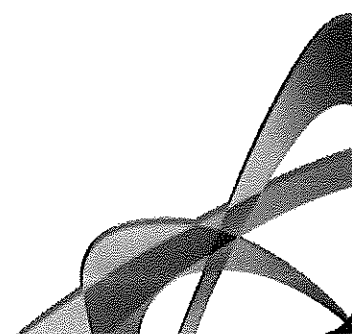
Assessora
Secretaria Geral
Largo Rafael Bordalo Pinheiro, n.º 16 (ao Chiado) – Escritório 1.03
1200-369 Lisboa
T.: +351 213 550 911 - M.: +351 933 531 056
lmaia@apritel.org

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
Entrada / 2377/2016
Processo N.º 37/2016
Data 17/05/2016



FIXAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE PROCESSOS EXECUTIVOS A DESIGNAR A AGENTES DE EXECUÇÃO E SOCIEDADES DE AGENTES DE EXECUÇÃO Comentário

Comentário da APRITEL ao Projeto de
Fixação de número máximo para a
designação para processos executivos de
agentes de execução e sociedades de
agentes de execução



Índice

1. Introdução	3
2. Comentários ao Projeto	4
2.1 A APRITEL não defende a contingentação	4
2.2 Princípios orientadores da contingentação	5
2.2.1 Não limitação da concorrência.....	5
2.2.2 Fixação do número máximo em função da real capacidade do agente de execução - taxa de resolução processual.....	5
2.2.3 Especificidades dos processos.....	6
2.2.4 Capacidade técnica e esforço de redimensionamento.....	7
2.2.5 Melhoria do acompanhamento e transparência	8
3. Conclusão	10



1. Introdução

A eventual fixação de um número máximo de processos executivos a atribuir a Agente de Execução suscita sérias preocupações à APRITEL.

Assim se pronunciou esta Associação em Comentário à Proposta de Lei que estabeleceu o estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução:

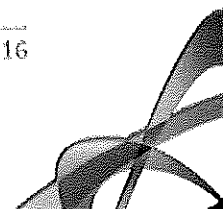
“A imposição de um limite para a designação em processos, nos termos em que é formulada no artigo 167.º, n.º 1, da Proposta, conduzirá a uma contingentação de processos, limitando a liberdade de atuação dos agentes de execução enquanto profissionais liberais em termos não admitidos pela Constituição da República Portuguesa, representando uma restrição manifesta ao exercício de direitos, liberdades e garantias totalmente injustificada por qualquer valor maior que o da liberdade de empresa, previsto no artigo 61.º da Constituição.

Não existindo impedimentos, suspeições, fundamentos de inidoneidade para o exercício da profissão, dificilmente se alcançam os motivos que subjazem ao artigo 167.º, n.º 1, da Proposta de Lei ao impor um número de processos para os quais um agente de execução ou sociedade pode ser designado, porquanto:

- a) consagra uma arbitrariedade, porque da Proposta de Lei não resultam os motivos nem os critérios objetivos de tal decisão;*
- b) constitui uma negação do mérito e dos princípios que contribuem para a dignificação da profissão: um agente de execução ou uma sociedade que desempenhem as suas funções de forma exemplar seriam verdadeiramente “castigados” pela limitação resultante do número de processos;*
- c) condiciona e pode comprometer a subsistência de sociedades de agentes de execução, cuja constituição e posteriores ajustes visaram criar uma estrutura com capacidade de resposta para um elevado número de processos.*

Acresce que, e uma vez que o requerente da designação de agente de execução já procede à respetiva sindicância como condição de futuras nomeações, a limitação resultante do artigo 167.º, n.º 1 da Proposta coloca ainda em causa o princípio da livre designação pelo requerente, consagrado no artigo 720.º do Código do Processo Civil – “o agente de execução é designado pelo exequente”.

A redação do número 1 do artigo 167.º da Proposta deve ser substituído pela previsão de uma obrigação a cargo da CAAJ de publicação de listas de agentes de execução, com os respetivos números de pendências, tempo médio de resolução, número de colaboradores, antiguidade média dos processos pendentes, número de processos sem qualquer ato praticado há mais de 3 meses, valores depositados nas contas bancárias não conciliado com nenhum processo, ou outros que se considerem indicativos de incapacidade de resolução processual, de modo a que os requerentes da designação possam exercer o direito de livre designação de forma esclarecida e responsável.



Não poderá é o Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução legitimar o condicionamento e a restrição à liberdade de empresa dos agentes de execução e à livre concorrência entre os seus associados.”

2. Comentários ao Projeto

A APRITEL, como associação representativa dos operadores de comunicações eletrónicas - os quais, apesar de recorrem aos tribunais residualmente, depois de terem utilizado todas as vias extrajudiciais que têm ao seu dispor para a cobrança dos seus créditos, são considerados “Grandes Litigantes” - considera que é seu dever participar ativamente no processo legislativo, colaborando, de forma estreita, com as diversas entidades competentes.

Assim o fará em relação ao presente Projeto, correspondendo e agradecendo o convite que lhe foi dirigido para o efeito, na certeza de que, por não se encontrarem especificados os objetivos da contingentação, tal tarefa assume dificuldade acrescida.

2.1 A APRITEL não defende a contingentação

Os termos em que a APRITEL se pronunciou quanto à Proposta de Lei que estabeleceu o estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução mantêm a sua pertinência.

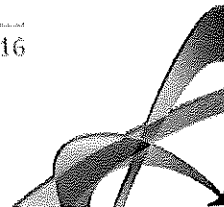
Desde logo:

- a) não existem motivos para se estabelecer a contingentação ou, pelo menos, eles não resultam do Projeto, mantendo-se a negação do mérito e dos princípios que contribuem para a dignificação da profissão.

De acordo com o aviso n.º 5523-A/2016 da CAAJ, publicado no DR de 28 de abril de 2016, 2ª série, n.º 82, parte E, refere-se, apenas, que “Tal fixação afigura-se vantajosa, a fim de possibilitar uma melhor forma de desempenho das funções dos agentes de execução...”.

Pelo que, com o devido respeito pelo teor do Projeto, não se alcança como poderá a contingentação determinar um melhor desempenho de funções, se o desempenho de funções nunca foi avaliado em função do número de processos atribuído a cada agente de execução ou sociedade.

Antes e como sugeriu a APRITEL, o reconhecimento do mérito e da dignidade da profissão está, na verdade, dependente de indicadores que permitam melhor avaliar o desempenho dos agentes de execução como os respetivos números de pendências, tempo médio de resolução, número de colaboradores, antiguidade média dos processos pendentes, número de processos sem qualquer ato praticado há mais de 3 meses, valores depositados nas contas bancárias não conciliado com nenhum processo, ou outros que se considerem indicativos de (in)capacidade de resolução



processual, de modo a que os requerentes da designação possam exercer o direito de livre designação de forma esclarecida e responsável.

b) a contingentação viola a Lei

- podendo constituir uma violação ao princípio constitucionalmente consagrado do acesso ao direito - conjugando o número de agentes de execução e o limite estabelecido para designação, poderão não existir agentes de execução para a totalidade de processos executivos entrados em determinado período -,
- a lei processual estabelece o princípio da livre nomeação ou substituição do agente de execução pelo exequente (respetivamente, n.ºs 1 e 4 do art.º 720º do CPC).

A liberdade de nomeação ou substituição do exequente é incompatível com uma eventual contingentação.

A APRITEL mantém a opinião de que a contingentação - e muito menos a designação automática -, não só não é o caminho que a ação executiva precisa, como nos moldes em que está desenhada pode ser nefasta para o sistema judicial e os seus utilizadores, atendendo à complexidade e exigência do atual processo executivo.

A existirem limites ao número de processos, sempre deveriam assumir carácter excecional e circunscrito às situações em que se apurou que o agente de execução ou sociedade demonstraram falta de capacidade ou estrutura para receberem um número superior.

2.2 Princípios orientadores da contingentação

Sendo a APRITEL contrária à fixação de um número máximo de processos de processos judiciais a atribuir a Agente de Execução, caso venha a ser concretizada, sempre deveriam considerar-se os seguintes princípios:

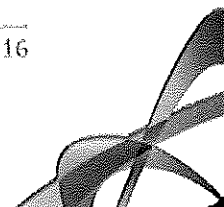
2.2.1 Não limitação da concorrência

A definição de um número máximo de processos por agente de execução constitui uma limitação da sã concorrência entre profissionais liberais que exercem funções públicas.

Razão pela qual e tendo em conta as especificidades de existirem profissionais liberais a prestar serviços públicos, deverá a Autoridade da Concorrência ser consultada e envolvida no processo de decisão

2.2.2 Fixação do número máximo em função da real capacidade do agente de execução - taxa de resolução processual

Resulta do Projeto que um agente de execução que cumpra a 100% os critérios de avaliação aí previstos almejará, no máximo, ao dobro dos processos de um agente de execução que os incumpra na íntegra.



Como tal, os critérios têm por base não a real capacidade de um agente de execução, mas o número total de agentes de execução inscritos.

A taxa de resolução processual¹, que mede a capacidade do sistema num determinado ano para enfrentar a procura verificada no mesmo período tem sido alvo de acompanhamento da DGPJ e visto como um indicador importante na avaliação da eficácia da justiça. Assumindo o Projeto a intenção de melhorar o “desempenho das funções do agente de execução” e sendo este medido, com frequência, através da taxa de resolução processual, os agentes de execução com melhor desempenho serão aqueles que, em princípio, terão uma melhor taxa de resolução. Assim, não pode o número de processos em que um agente de execução pode ser designado ignorar um indicador tão importante como este.

O agente de execução que pudesse receber uma percentagem elevada do número de processos que extinguísse, teria um incentivo a diminuir a pendência e contribuiria para esse grande objetivo do legislador subindo a sua taxa de resolução processual e de todo o sistema judicial.

Ao ser incluído este fator, não como majoração, mas como fator autónomo a acrescer à fórmula apresentada no Projeto - $a=(b+bx_c)x(d+e+0,1xf)$ + uma percentagem x o número de processos extintos no ano anterior -, criar-se-á um estímulo a que agentes de execução que mais contribuam para a extinção de processos possam ser alvo de discriminação positiva recebendo mais processos.

Razões pelas quais, a existir contingentação, deverá atender-se à totalidade das nomeações e à real capacidade do agente de execução, aferida por critérios como a taxa de resolução processual.

2.2.3 Especificidades dos processos

Justiça não significa tratar de igual forma o que é distinto.

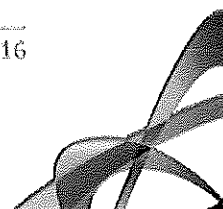
E o setor das comunicações eletrónicas, aqui representado pela Apritel, tem, inequivocamente, especificidades que, com este Projeto, o colocam em desigualdade em relação a outros setores de atividade.

Pelo que, a existir limitação, sempre deveriam ser consideradas todas as nomeações, com as especificidades de cada processo ou procedimento.

A título de exemplo e por referência à ação executiva:

- tipo de título executivo;
- número e qualidade dos intervenientes processuais;
- valor da ação;
- facto do processo ter resultado, ou não, de convalidação do Pepex

¹ Taxa de resolução processual tem sido frequentemente medido como o número de processos judiciais extintos dividido pelo número de processos judiciais entrados



são elementos diferenciadores e caraterizadores da maior ou menor dificuldade, benefício expectável ou exigência no tratamento dos processos.

A implementar-se uma contingentação e fixado um limite baixo na designação nos processos executivos, as empresas de comunicações eletrónicas correm o risco de ser preteridas por agentes de execução mais capazes, atendendo à especificidade das execuções que propõem:

- execuções fundadas em títulos provenientes de injunção, obtidos de forma “extrajudicial”;
- com um executado;
- execuções com um valor médio baixo: por contraposição, por exemplo, com as execuções resultantes de crédito hipotecário, bem mais complexas, mas em que existe maior probabilidade de cobrança e de pagamento de honorários;
- processos resultantes de convolação do Pepex: que simplificam e reduzem os atos a praticar na fase executiva, mas também reduzem o valor de honorários a cobrar pelo Agente de Execução.

Acresce que, não obstante os operadores de comunicações eletrónicas terem uma percentagem significativa no número de processos propostos, o seu peso é bastante diminuto se considerarmos a dívida neles reclamada comparativamente à totalidade da dívida reclamada em processos executivos do sistema judicial.

Uma contingentação potenciará que os agentes de execução nomeados, para evitar o preenchimento da sua “quota” com processos menos rentáveis, recusem a nomeação feita pelos operadores de comunicações eletrónicas em detrimento de empresas de outros setores de atividade: e não poderá constituir justificação o facto de, atualmente, não se conseguir apurar o tipo de título ou o valor da ação.

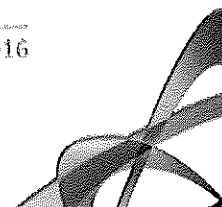
Numa situação limite, entendemos ser mais adequado a limitação não ser efetuada, somente, em função do número de processos, mas levar também em linha de conta os factores atrás descritos, especificamente, o valor de ação.

2.2.4 Capacidade técnica e esforço de redimensionamento

A implementar-se a contingentação, não poderá deixar de ser considerada a atual dimensão do escritório do agente de execução ou da respetiva sociedade, nos seguintes aspetos:

a) número de funcionários forenses

Limitando-se, no Projeto, o indexante do número de empregados a 5, ignora-se a concreta realidade de cada escritório, prejudicando-se, por ausência de reconhecimento, os escritórios com um número de funcionários superior, conduzindo à dispensa de colaboradores, sob pena do escritório assumir um encargo que não pode ver refletido e compensado pela entrega de mais processos.



b) capacidade tecnológica

Os escritórios de maior dimensão fizeram um investimento significativo em formação tecnológica, na expectativa de o amortizarem nos processos que lhes seriam confiados nos próximos anos.

A contingentação, sem atender à real dimensão do escritório e ao investimento que foi feito, vai potenciar enormes prejuízos.

Deveria, por isso, ser estabelecido um período de ajustamento razoável (6 meses não é, de todo, um prazo razoável) até que se implementasse a limitação.

Por exemplo, um escritório que tenha recebido 5.000 processos não pode de um ano para o outro receber apenas 200, sob pena de a asfixia financeira ser tal que venha a por em causa responsabilidades já assumidas.

2.2.5 Melhoria do acompanhamento e transparência

Com a medida agora proposta o número de agentes de execução nos processos dos “Grandes Litigantes” irá aumentar drasticamente.

Atualmente, as exequentes têm um papel fundamental no acompanhamento dos valores recuperados pelos agentes de execução e prestam uma colaboração próxima, também com a correta e atempada tramitação dos processos.

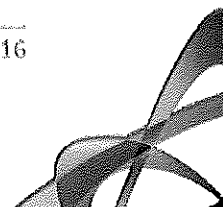
Recorde-se que também têm sido as exequentes que, junto da CAAJ, têm denunciado comportamentos prevaricadores.

Com a dispersão do número de agentes de execução irá diminuir o acompanhamento por parte das exequentes e aumentar o nível de conflitualidade entre exequentes, agentes de execução e executados.

Acrescente-se que, com a imposição de se trabalhar com mais agentes de execução, com capacidade de trabalho por demonstrar, aumentará, também, a responsabilidade da CAAJ e, provavelmente, o número de participações.

Assim, antes de se implementar a contingentação de processos, deveria promover-se uma maior transparência e controlo da atividade dos agentes de execução, especialmente, no que respeita aos valores por estes recuperados e que pertencem às exequentes.

Na verdade, a contingentação, como promotora da eficiência e da transparência, é descredibilizada com a não concretização do que tem sido reivindicado ao longo dos últimos anos, nomeadamente:



- dar visibilidade às partes sobre os valores recuperados pelo agente de execução, tempo médio de resolução dos processos, número de colaboradores, antiguidade média dos processos pendentes, número de processos sem qualquer ato praticado há mais de 3 meses, valores recuperados não conciliados.
- interação total entre Citius e GPESE/SISAAE de maneira a que os exequentes, através dos seus mandatários, tenham total visibilidade sobre a tramitação que está a ser efetuada pelos agentes de execução

2.2.6 Limite mínimo, em coerência com a Legislação em vigor

O valor de referência já decorre do EOSAE (Estatuto).

Com efeito, estabelece o respetivo artigo 174º, n.º 1 que:

“Os agentes de execução que recebam anualmente mais de 1000 processos, ou que tenham pendentes mais de 2 000 processos, devem prestar uma caução em dinheiro, através de depósito a favor da CAAJ, que garanta o pagamento das despesas decorrentes da liquidação dos processos a seu cargo, ou da sociedade que integrem, quando cessem funções temporária ou definitivamente ou seja extinta a sociedade, em função do número de processos.”
(destacado nosso)

A Lei 154/2015, de 14 de setembro

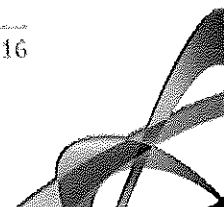
A APRITEL, em comentário à Proposta de Lei, pronunciou-se quanto à referida caução.

Não obstante as reservas apresentadas, a caução manteve-se e foi integrada no art.º 174º do Estatuto.

Consagrando a Assembleia da República, através da aprovação da Lei 154/2015, de 14 de setembro (Estatuto) que, apenas, a atribuição de mais de 1000 processos justifica a constituição de caução para despesas de, eventual, liquidação, assumiu, claramente, que a atribuição até esse limite não comporta riscos merecedores de tutela. Se assim não fosse, a caução teria sido definida por referência a um número inferior.

Com a fixação de um limite abaixo de 1000 processos designados por ano, consagra-se a eliminação da caução, o que choca com a vontade da Assembleia da República que entendeu impô-la.

Deste modo e em coerência com o pensamento, bem recente, do legislador, a existir contingentação, o número máximo de processos a designar a um agente de execução terá de ser superior a 1000.



3. Conclusão

Em suma, a APRITEL propõe que:

- A. A Autoridade da Concorrência seja consultada no processo de consulta pública.
- B. Haja disponibilização de indicadores efectivos para vigilância e acompanhamento dos exequentes sobre a atividade dos agentes de execução para que estes possam fazer a sua escolha de forma informada e responsável.
- C. A estabelecer-se a contingentação:
 - a) que o seja por referência ao mérito dos agentes de execução ou sociedades, e não em resultado de uma fórmula que limita o trabalho individual de um agente de execução ao número de agentes de execução inscritos;
 - b) que a fórmula leve em conta uma percentagem significativa do número de processos executivos extintos no ano anterior, de forma a estimular a diminuição da pendência por agente de execução e permita melhorar os rácios da taxa de resolução processual do sistema judicial;
 - c) que entre em linha de conta com o valor de ação, o tipo de título executivo e a existência ou não de processo extrajudicial pré-executivo (Pepex);
 - d) tenha em conta a realidade atual de estruturas de maior dimensão, permitindo um período de ajustamento, razoável, a uma nova realidade;
 - e) atenda ao limite que o art.º 174º, n.º 1 do EOSAE já consagra e defina como limite de atribuição um número superior a 1000 processos.

A serem acolhidas as medidas acima elencadas, cremos que se estará a contribuir para uma maior clareza, simplicidade, eficácia, segurança e justiça no tratamento dos processos executivos, na atividade da CAAJ e da OSAE e contribuindo para a dignificação da função dos Agentes de Execução.

